

Repom S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Semestre Findo em
30 de Junho de 2020 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Repom S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Repom S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Repom S.A. em 30 de junho de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de setembro de 2020



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Carlos Claro
Contador
CRC nº 1 SP 236588/O-4

REPOM S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2020

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos o Comentário de Desempenho das Demonstrações Financeiras Semestrais da Repom S.A. ("Companhia ou "Repom") referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2020, acompanhadas do Relatório sobre a revisão semestral dos nossos Auditores Independentes.

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as diretrizes contábeis emanadas da Lei 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07, com observância das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN).

A Repom faz parte do Grupo Edenred, que, há mais de 50 anos, conecta empregados, empresas e comerciantes em uma rede positiva de confiança em que todos ganham. Por isso, o Grupo Edenred é líder mundial em soluções transacionais que oferecem maior poder de compra para os colaboradores, gerenciamento de despesas otimizados para as companhias e negócios adicionais para comércios e postos credenciados.

O aumento da receita operacional está substancialmente ligado ao crescimento do portfólio e das novas vendas relacionadas as soluções de gestão de frete, impactado fortemente pelo segmento do agronegócio e indústria ligada a construção civil, além de um forte desempenho da solução de pedágio eletrônico.

Como consequência da queda da Taxa Selic, a receita de intermediação financeira da Companhia retraiu, uma redução de 37% em comparação com o primeiro semestre do exercício anterior.

Em relação as despesas, o aumento das despesas operacionais está substancialmente ligado as baixas de intangíveis obsoletos.

Trabalhando sempre para atender os clientes com excelência operacional e soluções escaláveis e inovadoras, permitiu o crescimento em todas as linhas de frente de negócios e em linha com os objetivos estratégicos.

Em 30 de abril de 2019, a Repom recebeu autorização do BACEN para atuar como instituição de pagamentos na modalidade de emissora de moeda eletrônica. A Administração da Companhia atesta que tem capacidade econômica e financeira de converter os saldos de moeda eletrônica mantidos em conta de pagamento em moeda física ou escritural no momento da solicitação do usuário.

Ficamos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

AGRADECIMENTOS

A Repom S.A., agradece a todos seus clientes pela confiança e apoio, e a seus funcionários e colaboradores, pela dedicação, ética, profissionalismo e comprometimento.

REPOM S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2020 e 31 DE DEZEMBRO DE 2019
 (Valores em R\$ mil)

ATIVO	Nota explicativa	30/06/2020		31/12/2019		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	30/06/2020		31/12/2019	
				(Reapresentado)				(Reapresentado)		(Reapresentado)	
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	141.613		82.098		Depósitos	11	109.548		86.991	
Instrumentos financeiros		<u>76.149</u>		<u>70.240</u>		Relações Interfinanceiras:		<u>119.045</u>		<u>113.436</u>	
Títulos e valores mobiliários	5.a	76.149		70.240		Transações de pagamento a liquidar	12	119.045		113.436	
Rendas a receber	6	119.226		99.754		Outras obrigações:		<u>104.249</u>		<u>59.851</u>	
Provisões para outros créditos de liquidação duvidosa	7	(4.155) (3.160)		Fornecedores	13	7.496		4.648	
Impostos a compensar		7.337		5.071		Contas a pagar a estabelecimentos	13	46.497		16.155	
Despesas antecipadas		2.168		1.538		Obrigações por serviços de instituições de arranjo	13	9.520		3.006	
Outras contas a receber		9.369		5.603		Obrigações trabalhistas	13	5.201		5.751	
Total do ativo circulante		<u>351.707</u>		<u>261.144</u>		Sociais e estatutárias	13	18.234		18.234	
NÃO CIRCULANTE						Fiscais e previdenciárias	13	8.038		3.266	
Realizável a longo prazo:						Outras contas a pagar		9.263		8.791	
Instrumentos financeiros		16.184		20.884		Total do passivo circulante		<u>332.842</u>		<u>260.278</u>	
Aplicações interfinanceiras de liquidez		-		2.594		NÃO CIRCULANTE					
Títulos e valores mobiliários	5.a	10.235		14.211		Provisões para ações judiciais	14	1.660		1.647	
Derivativos	5.b	5.949		4.079		Obrigações fiscais diferidas	8	11.207		13.742	
Créditos tributários	8	24.614		28.547		Total do passivo não circulante		<u>12.867</u>		<u>15.389</u>	
Depósitos judiciais		38		38		PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Imobilizado de uso (Depreciações acumuladas)	9	12.195		12.023		Capital social	15.a	27.897		27.897	
Intangível (Amortizações acumuladas)	9	(7.365) (6.595)		Reservas de capital	15.d	48.261		48.261	
Total do ativo não circulante		<u>83.587</u>		<u>94.801</u>		Reservas de lucros		2.317		2.317	
TOTAL DO ATIVO		<u>435.294</u>		<u>355.945</u>		Outros resultados abrangentes		2.312		1.803	
						Lucros acumulados		8.798		-	
						Total do patrimônio líquido		<u>89.585</u>		<u>80.278</u>	
						TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>435.294</u>		<u>355.945</u>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

REPOM S.A.

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020 E 2019**
(Valores em R\$ mil, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota Explicativa	30/06/2020	30/06/2019
			(Reapresentado)
Receitas de prestação de serviços		61.238	54.843
Receitas de intermediação financeira		4.231	6.693
Impostos sobre serviços		(4.396)	(3.768)
RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA	17	61.073	57.768
Custo dos serviços prestados	18	(6.947)	(4.698)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		54.126	53.070
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Despesas de pessoal	18	(9.496)	(13.267)
Assessoria e representação	18	(5.349)	(4.392)
Depreciação e amortização	18	(5.435)	(5.047)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	18	(995)	(240)
Participações estatutárias no lucro	18	(507)	(389)
Outras despesas administrativas	18	(6.461)	(5.663)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	18	(11.477)	(4.249)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		14.406	19.823
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	19	1.827	2.271
Despesas financeiras	19	(2.983)	(3.235)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		13.250	18.859
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Correntes	8	(3.314)	(881)
Diferidos	8	(1.138)	(3.938)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE		8.798	14.040
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE POR LOTE DE MIL AÇÕES DO CAPITAL SOCIAL - R\$	20	2,39	3,82

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

REPOM S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020 E 2019
(Valores em R\$ mil)

	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2019</u>
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	8.798	14.040
Outros resultados abrangentes	<u>509</u>	<u>588</u>
Reconhecimento do ganho da parcela efetiva do instrumento financeiro - hedge de fluxo de caixa	771	891
Imposto de renda diferido sobre o ganho da parcela efetiva do instrumento financeiro	(262)	(303)
RESULTADO ABRANGENTE DO SEMESTRE	<u>9.307</u>	<u>14.628</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

REPOM S.A.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020 E 2019**
Valores em R\$ mil

Nota Explicativa	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros (prejuízos)	
			Reserva Legal	Reservas de Lucros		Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018 (reapresentado)	27.897	48.261	1.357	18.051	1.140	(9.735)	86.971
Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros - "hedge accounting" de fluxo de caixa, líquido de impostos	-	-	-	-	588	-	588
Distribuição de dividendos de exercícios anteriores	16.c	-	-	(18.051)	-	-	(18.051)
Ajustes de alterações de práticas contábeis					357	357	
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	14.040	14.040
Saldos em 30 de junho de 2019 (reapresentado)	27.897	48.261	1.357	-	1.728	4.662	83.905
Saldos em 31 de dezembro de 2019	27.897	48.261	1.357	960	1.803	-	80.278
Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros - "hedge accounting" de fluxo de caixa, líquido de impostos	-	-	-	-	509	-	509
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	8.798	8.798
Saldos em 30 de junho de 2020	27.897	48.261	1.357	960	2.312	8.798	89.585

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

REPOM S.A.

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020 E 2019
(Valores em R\$ mil)**

	Nota Explicativa	30/06/2020	30/06/2019 (Reapresentado)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do semestre		8.798	14.040
Ajustes de reconciliação entre o lucro líquido do semestre:			
Depreciação e amortização	9 e 10	5.435	5.047
Perda na baixa de ativo intangível		4.590	2
Provisões para ações judiciais	15	13	285
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	7	995	240
Provisão para participação nos resultados		507	389
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	1.138	3.938
Total dos ajustes de reconciliação		21.476	23.941
Decréscimo/acrédito nos ativos e passivos operacionais:			
Instrumentos financeiros		661	(18.288)
Derivativos		(1.099)	(3.618)
Rendas a receber		(19.470)	(19.907)
Impostos a compensar		(2.267)	(1.126)
Despesas antecipadas		(630)	(223)
Outras contas a receber		(3.767)	(4.386)
Depósitos		22.557	6.965
Transações de pagamento a liquidar		5.609	9.871
Fornecedores		2.848	(1.394)
Contas a pagar a estabelecimentos		30.342	18.303
Obrigações por serviços de instituições de arranjo		6.515	(1.549)
Obrigações trabalhistas		(1.057)	(1.913)
Fiscais e previdenciárias		7.850	410
Outras contas a pagar		470	4.982
Impostos de renda e contribuição social pagos		(3.079)	(817)
Total de decréscimo/acrédito nos ativos e passivos operacionais		45.483	(12.690)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		66.959	11.251
DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição / Alienação de imobilizado de uso	9 e 10	(180)	(124)
Aquisição / Alienação de intangível	9 e 10	(7.264)	(4.785)
Caixa aplicado nas atividades de investimento		(7.444)	(4.909)
DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Dividendos distribuídos e pagos		-	(15.000)
Caixa aplicado nas atividades de financiamento		-	(15.000)
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		59.515	(8.658)
Caixa e equivalentes de caixa			
No início do semestre		82.098	16.322
No fim do semestre		141.613	7.664
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		59.515	(8.658)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



uma marca Edenred

REPOM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Valores em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Repom S.A. ("Companhia" ou "Repom"), sociedade anônima de capital fechado, iniciou suas operações em 1993 com sede na cidade de Barueri, estado de São Paulo, na alameda Tocantins, 75, 18º andar, tendo como única acionista e controladora a Ticket Soluções HFGT S.A., e ambas integram o Grupo Edenred, controlado pela Edenred Brasil Participações S.A.

A Companhia tem como objetivo a prestação de serviços no segmento de transportes rodoviários de cargas e logística, com atuação no controle e na gestão de logística, oferecendo soluções integradas para o controle e gerenciamento de todos os processos da cadeia de transportes rodoviários, otimizando as operações dessa cadeia como um todo.

A Companhia opera com uma ferramenta de gestão, controle e pagamentos aplicada à contratação de fretes e desenvolvida para melhorar a eficiência no controle das operações com frotas terceirizadas e agregadas, a qual permite acesso pela internet.

A Repom obteve em 30 de abril de 2019, autorização para atuar como instituição de pagamento em funcionamento na modalidade de emissora de moeda eletrônica, concedida pelo Banco Central do Brasil - BACEN, conforme publicação no Diário Oficial da União. Em decorrência da obtenção dessa autorização, a Companhia passou a adotar procedimentos aplicáveis às instituições de pagamento integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro - SPB, inclusive no tocante à forma de elaboração e divulgação de suas demonstrações financeiras, de acordo com critérios determinados pelo BACEN.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais levam em consideração as disposições contidas na legislação societária brasileira, normas e instruções do Conselho Monetário Nacional - CMN e do BACEN, quando aplicáveis. A apresentação destas demonstrações financeiras está de acordo com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – ("COSIF") e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pelo BACEN:

- CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro | Resolução CMN nº 4.144/12.
- CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos | Resolução CMN nº 3.566/08.
- CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis | Resolução CMN nº 4.524/16.
- CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa | Resolução CMN nº 3.604/08.
- CPC 04 (R1) - Ativo Intangível | Resolução CMN nº 4.534/16.
- CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas | Resolução CMN nº 3.750/09.
- CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações | Resolução CMN nº 3.989/11.
- CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro | Resolução CMN nº 4.007/11.

- CPC 24 - Evento Subsequente | Resolução CMN nº 3.973/11.
- CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes | Resolução CMN nº 3.823/09.
- CPC 27 – Ativo Imobilizado | Resolução CMN nº 4.535/16.
- CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados | Resolução CMN nº 4.424/15.
- CPC 41 – Resultado por ação | Circular 3.959/19

A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com os princípios contábeis adotados no Brasil, exige que a Administração efetue estimativas e adote premissas no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes registrados de certos ativos e passivos (financeiros ou não), receitas, despesas e outras transações, tais como:

- i) Valor justo de determinados ativos e passivos financeiros.
- ii) Provisão para perdas e créditos de liquidação duvidosa.
- iii) Prazo de vida útil do ativo imobilizado.
- iv) Prazo de vida útil de ativos intangíveis.
- v) Provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes de passivos contingentes.
- vi) Reconhecimento de créditos tributários, entre outros.
- vii) A liquidação das transações envolvendo estes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

As demonstrações financeiras foram preparadas em reais (R\$), sendo esta a moeda funcional da Companhia e também a moeda de apresentação.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 25 de setembro de 2020.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras são as seguintes:

a) Apuração do resultado

O resultado é reconhecido pelo regime de competência, ou seja, as receitas e despesas são reconhecidas no período em que elas ocorrem, simultaneamente quando se relacionam, independentemente do efetivo recebimento ou pagamento.

b) Caixa e equivalentes de caixa

São representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades, aplicações em operações compromissadas, não estando sujeitos a um risco significante de mudança no seu valor justo. Os equivalentes de caixa são aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo.

c) Instrumentos financeiros- Circular BACEN Nº 3.068/01

Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.068/2001 e levam em consideração a intenção da Administração em três categorias específicas:

- Negociação: classificam-se nesta categoria os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. Por isso, são apresentados no ativo circulante, independentemente do seu prazo de vencimento. São registrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustados ao valor de mercado.
- Disponíveis para venda: classificam-se nesta categoria os títulos e valores mobiliários que podem ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados ou de serem mantidos até o seu vencimento. Os rendimentos intrínsecos ("accrual") são reconhecidos na demonstração de resultado e as variações no valor justo ainda não realizados são realizados em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários. Os ganhos e perdas de títulos disponíveis para venda, quando realizados, são reconhecidos na data de negociação na demonstração do resultado, em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido.
- Mantidos até o vencimento: nesta categoria são classificados os títulos e valores mobiliários para os quais a Companhia tem a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até seu vencimento. São registrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

Os declínios no valor justo dos títulos e valores mobiliários, abaixo dos seus respectivos custos atualizados, relacionados a razões consideradas não temporárias, serão refletidos no resultado como perdas realizadas.

A reavaliação quanto à classificação dos títulos e valores mobiliários é efetuada periodicamente de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Companhia, levando em consideração a intenção e a capacidade financeira da Companhia, observados os procedimentos estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.068/2001.

Em 30 de junho de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não possuía títulos classificados nas categorias "negociação" e "mantidos até o vencimento".

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração, na data do início da operação, levando-se em consideração se sua finalidade é para proteção contra risco ("hedge") ou não.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros e que sejam:

- (i) Altamente correlacionados no que se refere às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato.
- (ii) Considerados efetivos na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são classificados como "hedge" de acordo com sua natureza (circular BACEN nº 3.082/02):
 - "Hedge" de risco de mercado - os ativos e passivos financeiros objetos de "hedge" e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações reconhecidas no resultado do período.

- "Hedge" de fluxo de caixa – a valorização ou desvalorização referente à parcela efetiva é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários. A parcela não efetiva é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos que não atendam aos critérios de "hedge" contábil estabelecidos pelo BACEN, principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco, são contabilizados pelo valor de mercado, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período.

d) Rendas a receber

São representados pelos valores a receber de clientes, que são registradas e mantidas no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos. São registradas também as provisões para créditos de liquidação duvidosa destes títulos, a qual é constituída considerando uma análise do risco de realização sobre os títulos vencidos e de acordo com os critérios de perda esperada.

A rubrica também é composta pelos valores correspondentes aos créditos tributários da Companhia.

e) Provisões para outros créditos de liquidação duvidosas

A provisão para perdas esperadas é constituída com base em uma análise do risco de realização sobre os títulos vencidos e de acordo com os critérios de perda esperada.

f) Imobilizado de uso

Corresponde aos bens tangíveis próprios e às benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros destinados à manutenção das atividades da Companhia ou que tenham essa finalidade por período superior a um exercício social. É demonstrado pelo custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas e ajustado por redução ao valor recuperável dos ativos ("impairment"), quando aplicável. As depreciações são calculadas pelo método linear, considerando a vida útil estimada de uso para cada ativo, obedecendo as seguintes taxas anuais aplicadas: moveis e utensílios - 10%, veículos - 20%, maquinas e equipamentos - 10%, equipamentos de informática - 20%, instalações - 10%, benfeitorias em imóveis de terceiros - 20%, equipamento de telecomunicação - 10%.

g) Intangível

Corresponde aos ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pela instituição, destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. É reconhecido pelo seu valor de custo e ajustado por redução ao valor recuperável ("impairment"). A amortização do ativo intangível com vida útil definida é reconhecida, mensalmente e de forma linear, ao longo da sua vida útil estimada, considerando as seguintes taxas anuais aplicadas: gastos com desenvolvimento - 14.29% e software 20%.

h) Redução ao valor recuperável – ativos não financeiros

A Resolução CMN nº 3.566/2008 dispõe sobre procedimentos aplicáveis ao reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas no valor recuperável de ativos e determina o atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao valor recuperável de ativos.

A redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros (“impairment”) é reconhecida como perda quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos ou grupos de ativos. As perdas por “impairment”, quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Os valores dos ativos não financeiros são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se há alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização destes ativos.

Desta forma, em atendimento aos normativos relacionados, a Administração não tem conhecimento de quaisquer ajustes relevantes que possam afetar a capacidade de recuperação dos ativos não financeiros em 30 de junho de 2020.

i) Depósitos

Os valores registrados na conta de depósitos, classificada no passivo circulante, são originados de recursos recebidos de terceiros a título de repasse para pagamento da Rede Credenciada. A Companhia atua como meio de pagamento no mercado de transportes, operando como agente de repasses, sendo registrado nessa conta apenas os movimentos operacionais de repasse, sem inclusão de taxas nem outro tipo de cobrança ou remuneração pelos serviços prestados; esses saldos são restritos às transações-fim e não podem ser utilizados para nenhum outro tipo de operação.

j) Relações Interfinanceiras - Transações de pagamento a liquidar

Os valores registrados na conta de recebimentos e pagamentos a liquidar referem-se a valores a pagar às instituições de pagamento participantes de arranjo de pagamento.

k) Outras obrigações

Os valores registrados no grupo de outras obrigações referem-se substancialmente a valores de contratos emitidos e transacionados disponíveis para serem repassadas para os postos credenciados, bem como antecipação de clientes a serem destinados aos respectivos fretes contratados. O grupo é composto também por contas a pagar para fornecedores, obrigações trabalhistas, dividendos a pagar, obrigações fiscais e previdenciárias e outros.

l) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovados pela Resolução CMN nº 3.823/2009 e Carta Circular BACEN nº 3.429/2010, da seguinte forma:

- Ativos contingentes: são possíveis ativos que resultam de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos e não totalmente sob o controle da Companhia. O ativo contingente não é reconhecido nas demonstrações financeiras e sim, divulgado caso a realização do ganho seja provável. Quando existem evidências de que a realização do ganho é praticamente certa, o mesmo deixa de ser contingente e passa a ser reconhecido.

- Provisões e passivos contingentes: uma obrigação presente (legal ou não formalizada) resultante de evento passado, na qual seja provável uma saída de recursos para sua liquidação e que seja mensurada com confiabilidade, deve ser reconhecida como uma provisão. Caso a saída de recursos para liquidar esta obrigação não seja provável ou não possa ser confiavelmente mensurada, ela não se caracteriza como uma provisão, mas sim como um passivo contingente, não devendo ser reconhecida, mas divulgada, a menos que a saída de recursos para liquidar a obrigação seja remota.
- Também se caracterizam como passivos contingentes as possíveis obrigações resultantes de eventos passados e cuja existência seja confirmada apenas pela ocorrência de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sobre controle da entidade. Essas obrigações possíveis também devem ser divulgadas. As obrigações são avaliadas pela Administração, com base nas melhores estimativas e levando em consideração o parecer dos assessores jurídicos, que reconhece uma provisão quando a probabilidade de perda é considerada provável; e divulga sem reconhecer provisão quando a probabilidade de perda é considerada possível. As obrigações cuja probabilidade de perda é considerada remota não requerem provisão nem divulgação. Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) referem-se a demandas judiciais pelas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, integralmente provisionado e atualizado mensalmente, independentemente da probabilidade de saída de recursos, uma vez que a certeza de não desembolso depende exclusivamente do reconhecimento da inconstitucionalidade da lei em vigor. Os depósitos judiciais não vinculados às provisões para contingências e às obrigações legais são atualizados mensalmente.

m) Imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos

- Correntes: a provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. O regime de apuração adotado pela Companhia é o lucro real.
- Diferidos: os impostos diferidos são reconhecidos sobre diferenças dedutíveis temporariamente, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

A alíquota vigente para as operações é de 34%, devida pelas pessoas jurídicas no País sobre lucros tributáveis, conforme previsto na legislação tributária desta jurisdição.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados na rubrica “Ajuste de avaliação patrimonial” diretamente no patrimônio líquido.

n) Partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

o) Adoção inicial de normas

A partir de janeiro de 2020, a Companhia adotou a Circular Bacen nº 3.959/19, de 04 de setembro de 2019, que estabeleceu critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras a serem aplicadas prospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2020, que alteraram a forma de apresentação das demonstrações financeiras. Dessa forma, as demonstrações financeiras comparativas foram reapresentadas para conformidade com essas normas, além da inclusão da apresentação da Demonstração do Resultado Abrangente. Não houve alteração no saldo total do ativo, passivo e resultado líquido do período comparativo reapresentado.

No quadro abaixo, demonstramos a mudança para a Companhia quanto à classificação de seus ativos e passivos, a partir dos requisitos da Circular Bacen nº 3.959/19:

Balanço patrimonial

Ativo	31/12/2019 (Originalmente publicado)	Reclassificações	31/12/2019 (Reapresentado)
Disponibilidades	1.886	(1.886)	-
Caixa e equivalentes de caixa	-	82.098	82.098
Aplicações interfinanceiras de liquidez	82.806	(80.212)	2.594
Carteira própria – Livres	84.451	(84.451)	-
Títulos e valores mobiliários	-	84.451	84.451
Instrumentos financeiros derivativos	4.079	(4.079)	-
Derivativos	-	4.079	4.079
Rendas a receber	99.754	-	99.754
Diversas	39.259	(39.259)	-
(-) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(3.160)	-	(3.160)
Impostos a compensar	-	5.071	5.071
Despesas antecipadas	1.538	-	1.538
Outras contas a receber	-	5.603	5.603
Créditos tributários	-	28.547	28.547
Depósitos judiciais	-	38	38
Imóveis de uso	2.087	(2.087)	-
Outras imobilizações de uso	9.936	(9.936)	-
Imobilizado de uso	-	12.023	12.023
(Depreciações acumuladas)	(6.595)	-	(6.595)
Ativos intangíveis	67.438	(67.438)	-
Intangível	-	67.438	67.438
(Amortizações acumuladas)	(27.534)	-	(27.534)
Total do ativo	355.945	-	355.945

Passivo	31/12/2019 Originalmente publicado)	Reclassificações	31/12/2019 (Reapresentado)
Outros depósitos	86.991	(86.991)	-
Depósitos	-	86.991	86.991
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	113.436	(113.436)	-
Transações de pagamento a liquidar	-	113.436	113.436
Sociais e estatutárias	18.234	-	18.234
Fiscais e previdenciárias	17.008	(13.742)	3.266
Diversos	39.998	(39.998)	-
Fornecedores	-	4.648	4.648
Contas a pagar a estabelecimentos	-	16.155	16.155
Obrigações por serviços de instituições de arranjo	-	3.006	3.006
Obrigações trabalhistas	-	5.751	5.751
Outras contas a pagar	-	8.791	8.791
Provisões para ações judiciais	-	1.647	1.647
Impostos e contribuições diferidos	-	13.742	13.742
Capital social	27.897	-	27.897
Reservas de capital	48.261	-	48.261
Reservas de lucros	2.317	-	2.317
Ajustes de avaliação patrimonial	1.803	(1.803)	-
Outros resultados abrangentes	-	1.803	1.803
Total do passivo	355.945	-	355.945

Demonstração do resultado

	30/06/2019 Originalmente publicado)	Reclassificações	30/06/2019 (Reapresentado)
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5.503	(5.503)	-
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	1.190	(1.190)	-
Receitas de intermediação financeira	6.693	6.693	6.693
Impostos sobre serviços	-	(3.768)	(3.768)
Receitas de prestação de serviços	55.134	(291)	54.843
Custo dos serviços prestados	-	(4.698)	(4.698)
Despesas de pessoal	(13.267)	-	(13.267)
Assessoria e representação	-	(4.392)	(4.392)
Depreciação e amortização	-	(5.047)	(5.047)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(240)	-	(240)
Outras despesas administrativas	(18.876)	13.213	(5.663)
Despesas tributárias	(4.588)	4.588	-
Outras receitas operacionais	2.551	(2.551)	-
Outras despesas operacionais	(8.110)	3.861	(4.249)
Resultado não operacional	(50)	50	-
Receitas financeiras	-	2.271	2.271
Despesas financeiras	-	(3.235)	(3.235)
Provisão para imposto de renda	(645)	645	-
Provisão para contribuição social	(235)	235	-
Ativo fiscal diferido	(3.938)	3.938	-
Correntes	-	(881)	(881)
Diferidos	-	(3.938)	(3.938)
Participações estatutárias no lucro	(389)	-	(389)
Lucro líquido do semestre	14.040	-	14.040

Em conformidade com a Circular Bacen 3.959/19, a alteração do modelo de apresentação das demonstrações financeiras fornece informação mais relevante para a compreensão da situação patrimonial e financeira e do desempenho da Companhia de acordo com a natureza de suas atividades.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 30 de junho de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, o saldo de caixa e equivalentes de caixa da Companhia é composto pelos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez, conforme apresentado a seguir:

	30.06.2020	31.12.2019
Disponibilidades:		
Em moeda nacional	22.185	1.834
Em moeda estrangeira (i)	51	52
Aplicações interfinanceiras de liquidez:		
Operações compromissadas-letras financeiras do tesouro (ii)	119.377	75.919
Aplicações no mercado aberto (iii)	-	4.293
Total	141.613	82.098

- (i) Referem-se a valores disponíveis em dólar em conta bancária no exterior.
- (ii) Referem-se a operações compromissadas lastreadas em letras financeiras do tesouro e está vinculado a garantia dos saldos de moeda eletrônica, conforme determinada pela Circular BACEN nº 3.705/14.
- (iii) Referem-se a operações compromissadas lastreadas em títulos privados – debêntures.

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

- a) Em 30 de junho de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, os títulos e valores mobiliários foram classificados como “disponíveis para venda”, composto pelos saldos apresentados abaixo:

a.1) Composição por classificação dos títulos e valores mobiliários

	30.06.2020		31.12.2019	
	Valor do custo	Valor de mercado/ amortizado	Valor do custo	Valor de mercado/ contábil
<u>Disponível pra venda</u>				
Carteira própria:				
Certificados de Depósitos Bancários – CDB (*)	86.384	86.384	84.451	84.451
Total	86.384	86.384	84.451	84.451

(*) Aplicações indexadas ao CDI, cuja remuneração foi de 80% até 106% do CDI.

Não houve reclassificação de títulos e valores mobiliários entre categorias durante o semestre findo em 30 de junho de 2020.

a.2) Composição por vencimento

	30.06.2020			31.12.2019		
	Até 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Até 12 meses	Acima de 12 meses	Total
<u>Disponível pra venda</u>						
Certificados de Depósitos Bancários – CDB	76.149	10.235	86.384	70.240	14.211	84.451
Total	<u>76.149</u>	<u>10.235</u>	<u>86.384</u>	<u>70.240</u>	<u>14.211</u>	<u>84.451</u>

b) Em 30 de junho de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, os instrumentos financeiros derivativos são compostos pelos saldos apresentados abaixo:

b.1) Composição dos instrumentos financeiros derivativos

	30.06.2020		31.12.2019	
	Valor do custo amortizado	Valor de mercado / contábil	Valor do custo amortizado	Valor de mercado / contábil
Instrumentos financeiros derivativos – "Swap"	2.447	5.949	1.347	4.079
Total	<u>2.447</u>	<u>5.949</u>	<u>1.347</u>	<u>4.079</u>

b.2) Composição por vencimento

	30.06.2020			31.12.2019		
	Até 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Até 12 meses	Acima de 12 meses	Total
<u>Instrumentos financeiros derivativos</u>						
"Swap"	-	5.949	5.949	-	4.079	4.079
Total	<u>-</u>	<u>5.949</u>	<u>5.949</u>	<u>-</u>	<u>4.079</u>	<u>4.079</u>

c) "Hedge" contábil

As operações de derivativos da Repom têm como objetivo proteger e conter a volatilidade das aplicações financeiras que possuem taxas de juros indexadas ao percentual do CDI, através da estrutura de "hedge accounting", obtendo a previsibilidade do seu fluxo de caixa e rentabilidade ao contratar operações de "Swaps" que resultam em troca de rentabilidade CDI por uma taxa prefixada, o que caracteriza o "hedge" de fluxo de caixa.

O quadro a seguir apresenta resumo da estrutura de "hedge" contábil de fluxo de caixa em 30 de junho de 2020:

Banco	Vencimento	Valor de referência ("notional")	Banco		Companhia		Efetividade
			Indexador	Juros a.a.	Indexador	Diferencial a receber	
Itaú	01/10/2021	40.000	Prefixada	8,78%	CDI	5.949	100,00%

Em 30 de junho de 2020, a Repom não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos classificados como "Hedge" de risco de mercado.

6. RENDAS A RECEBER

São constituídas pelos valores a receber de curto prazo de clientes e rede credenciada relativos a prestações de serviço da Companhia, tais como: comissões sobre as operações de saque e frete, mensalidades, taxas relacionadas a cartões, tarifas bancárias, gestão de despesa e manutenção de serviços, bem como valores a receber referente a serviços prestados sobre as operações de pedágio eletrônico.

	<u>30.06.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Contas a receber de clientes	<u>119.226</u>	<u>99.754</u>
Total	<u>119.226</u>	<u>99.754</u>

7. PROVISÃO PARA OUTROS CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A Repom realiza a provisão para fazer face às perdas prováveis em valores relativos às transações operacionais. A movimentação para o semestre findo em 30 de junho de 2020 está detalhada a seguir:

	<u>30.06.2020</u>
Saldo em 31.12.2018	2.180
Adições	<u>240</u>
Saldo em 30.06.2019	2.420
Adições	<u>740</u>
Saldo em 31.12.2019	3.160
Adições	<u>1.282</u>
Reversões	<u>(287)</u>
Saldo em 30.06.2020	<u>4.155</u>

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Reconciliação do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica – IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL registrada:

	<u>30.06.2020</u>	<u>30.06.2019</u>
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	13.250	18.859
Alíquota vigente	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Despesa de IRPJ e CSLL de acordo com alíquota vigente	<u>(4.505)</u>	<u>(6.412)</u>
Efeito das adições/exclusões do período:		
Diferenças permanentes (i)	<u>53</u>	<u>1.594</u>
Despesa de IRPJ e CSLL	<u>(4.452)</u>	<u>(4.818)</u>

(i) As diferenças permanentes referem-se substancialmente as despesas com brindes, multas, patrocínio e ativação de despesas permanentes.

b) Movimentação do saldo do IRPJ e da CSLL diferidos:

	31.12.2019	Movimentação	30.06.2020
Benefício fiscal sobre ágio de controladora incorporada	19.685	(2.461)	17.224
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social	3.380	(1.597)	1.783
Provisões para riscos tributários e trabalhistas	552	13	565
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.074	339	1.413
Provisão para bônus e Participação nos Lucros e Resultados - PLR	1.135	(674)	461
Outras provisões	<u>2.721</u>	<u>447</u>	<u>3.168</u>
Total de crédito tributário de IR e CS – Ativo	<u>28.547</u>	<u>(3.933)</u>	<u>24.614</u>
Perdas ou ganhos não realizados com instrumentos financeiros derivativos - "swap"	(929)	(262)	(1.191)
Capitalização de custos com desenvolvimento de softwares	<u>(12.813)</u>	<u>2.797</u>	<u>(10.016)</u>
Total de crédito tributário de IR e CS – Passivo	<u>(13.742)</u>	<u>2.535</u>	<u>(11.207)</u>
Total de crédito tributário de IR e CS	<u>14.805</u>	<u>(1.398)</u>	<u>13.407</u>

c) Expectativa de realização dos créditos tributários:

Em 30 de junho de 2020, o montante de prejuízos fiscais e base negativa de imposto de renda era de R\$5.197, o qual será compensado com lucros a serem gerados no futuro, limitados à razão de 30% ao ano do lucro tributável, bem como por diferenças temporárias.

A Administração avaliou a realização dos créditos tributários, conforme plano de negócios, e a expectativa é que o benefício seja inteiramente consumido, conforme demonstrado a seguir:

Ano	30.06.2020	31.12.2019
	Créditos tributários	Créditos tributários
2020	7.104	12.517
2021	6.331	5.172
2022 a 2025	<u>11.179</u>	<u>10.858</u>
Total	<u>24.614</u>	<u>28.547</u>

9. IMOBILIZADO

a) Composição do imobilizado

	Taxa anual de depreciação - %	30.06.2020			31.12.2019		
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Móveis e utensílios	10	611	(103)	508	587	(73)	514
Veículos	20	25	(25)	-	25	(25)	-
Máquinas e equipamentos	10	19	(3)	16	18	(2)	16
Equipamentos de informática	20	9.396	(6.509)	2.887	9.250	(5.982)	3.268
Instalações	10	3	(3)	-	3	(3)	-
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20	2.087	(686)	1.401	2.087	(478)	1.609
Equipamentos de telecomunicação	10	<u>54</u>	<u>(36)</u>	<u>18</u>	<u>53</u>	<u>(32)</u>	<u>21</u>
Total		<u>12.195</u>	<u>(7.365)</u>	<u>4.830</u>	<u>12.023</u>	<u>(6.595)</u>	<u>5.428</u>

b) Movimentação do imobilizado

30.06.2020

Saldo em 31.12.2018					5.755	
Adições					181	
Baixas					(56)	
Depreciação (*)					(696)	
Saldo em 30.06.2019					<u>5.184</u>	
Adições					1.032	
Baixa					(5)	
Depreciação					(783)	
Saldo em 31.12.2019					<u>5.428</u>	
Adições					180	
Baixas					-	
Depreciação (*)					(778)	
Saldo em 30.06.2020					<u>4.830</u>	

(*) incluída na rubrica "Outras despesas administrativas", no resultado do semestre.5

10. INTANGÍVEL

a) Composição do intangível

	Taxa anual de amortização - %	30.06.2020			31.12.2019		
		Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Ativos intangíveis gerados internamente (*)	14,29	66.221	(31.696)	34.525	60.466	(22.746)	37.720
Software	20	7.899	(4.510)	3.389	6.965	(4.788)	2.177
Marcas e patentes	-	7	-	7	7	-	7
Total		<u>74.127</u>	<u>(36.206)</u>	<u>37.921</u>	<u>67.438</u>	<u>(27.534)</u>	<u>39.904</u>

(*) referem-se as horas de serviços de profissionais especializados em tecnologia necessárias para o desenvolvimento de novos softwares utilizados na operação da Companhia. A amortização dos gastos a partir da data de ativação é de sete anos, considerando o prazo de vida útil estimada da plataforma de tecnologia e a retenção desses clientes.

b) Movimentação do intangível

30.06.2020

Saldo em 31.12.2018		36.692
Adições		6.404
Baixas		(1.878)
Amortização		(4.041)
Saldo em 30.06.2019		<u>37.177</u>
Adições		6.833
Baixa		(117)
Amortização		(3.989)
Saldo em 31.12.2019		<u>39.904</u>
Adições		7.264
Baixas		(4.590)
Amortização		(4.657)
Saldo em 30.06.2020		<u>37.921</u>

Os testes de recuperação são realizados anualmente, no levantamento do balanço ou na existência de indicadores de perdas, conforme descrito na nota explicativa nº 3. A Administração não identificou eventos que pudesse denotar a existência de indicadores de perdas e não houve baixas de ativos intangíveis para o semestre findo em 30 de junho de 2020.

11. DEPÓSITOS

Referem-se a recursos recebidos de terceiros a título de repasse para pagamento de contratos dos clientes da Companhia. Estão apresentados conforme a tabela abaixo:

	<u>30.06.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Depósitos	109.548	86.991
Total	<u>109.548</u>	<u>86.991</u>

12. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS - TRANSAÇÕES DE PAGAMENTO A LIQUIDAR

Referem-se a valores a pagar às instituições de pagamento participantes de arranjo de pagamento e estão apresentados conforme tabela abaixo:

	<u>30.06.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Transações de pagamento a liquidar	119.045	113.436
Total	<u>119.045</u>	<u>113.436</u>

13. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	<u>30.06.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Contas a pagar a estabelecimentos (i)	46.497	16.155
Sociais e estatutárias (ii) – nota nº 16.c	18.234	18.234
Obrigações por serviços de instituições de arranjo (iii)	9.520	3.006
Outras contas a pagar (iv)	9.263	8.791
Fiscais e previdenciárias	8.038	3.266
Fornecedores	7.496	4.648
Obrigações trabalhistas	5.201	5.751
Total	<u>104.249</u>	<u>59.851</u>

- (i) Referem-se, substancialmente, a valores de contratos emitidos e transacionados disponíveis para serem repassadas para os postos credenciados.
- (ii) Referem-se a dividendos a pagar referente ao resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.
- (iii) Referem-se a valores de transferências em processamento solicitadas pelos portadores dos cartões.
- (iv) Referem-se substancialmente a antecipações recebidas de clientes e provisões diversas de pagamentos.

14. PROVISÕES PARA AÇÕES JUDICIAIS

A Companhia vem discutindo judicialmente a legalidade de alguns tributos de natureza tributária e trabalhista. A provisão foi constituída de acordo com a avaliação do risco efetuada pela Administração e por seus assessores jurídicos, para as perdas consideradas prováveis. Os montantes provisionados são considerados suficientes para cobrir as prováveis saídas de recursos para liquidação de eventuais perdas.

Em 30 de junho de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, a movimentação do saldo das provisões para ações judiciais encontra-se demonstrado a seguir:

	<u>31.12.2019</u>	<u>Constituição</u>	<u>Reversão</u>	<u>30.06.2020</u>
Tributários (i)	1.526	-	-	1.526
Trabalhistas (ii)	<u>121</u>	<u>120</u>	<u>(107)</u>	<u>134</u>
Total	<u>1.647</u>	<u>120</u>	<u>(107)</u>	<u>1.660</u>

- (i) Refere-se substancialmente às provisões constituídas para fazer frente a eventuais discussões judiciais relativas a matérias tributárias e trabalhistas para quais não há ações judiciais ou outros questionamentos ajuizados.
- (ii) Correspondem às provisões representadas por ações de natureza trabalhista, no qual há probabilidade de perdas prováveis segundo opinião dos assessores jurídicos.

Em 30 de junho de 2020, o saldo das ações judiciais com probabilidade de perda possível é de R\$1.566 (R\$1.565 em 31 de dezembro de 2019), sendo R\$542 (R\$546 em 31 de dezembro de 2019) relativos as ações judiciais de natureza trabalhista e R\$1.024 (R\$1.019 em 31 de dezembro de 2019) as ações judiciais de natureza cível.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$27.897 (R\$27.897 em 31 de dezembro de 2019) representados por 3.680.200 (3.680.200 em 31 de dezembro de 2019) cotas no valor nominal de R\$7,58 (R\$7,58 em 31 de dezembro de 2019) cada uma, assim distribuídas:

	<u>%</u>	<u>30.06.2020</u>	<u>30.06.2019</u>
Ticket Soluções HDFGT S.A.	<u>100</u>	<u>27.897</u>	<u>27.897</u>
Total	<u>100</u>	<u>27.897</u>	<u>27.897</u>

b) Reserva legal

A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos e aumentar o capital social. Conforme artigo 193, da lei 6.404/76, deve ser constituída como destinação de 5% do lucro líquido auferido e não poderá exceder 20% do capital social. Com base no mesmo artigo, §1º, a Repom optou por não constituir a reserva legal, uma vez que o parágrafo menciona que a Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal do período em que o saldo desta reserva, acrescido do montante da reserva de capital, exceder 30% do capital social.

c) Dividendos

A Companhia deliberou por meio de Assembleia Geral Ordinária, em 30 de abril de 2020 a distribuição de dividendos relativos ao resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 no montante de R\$18.234.

d) Reserva de capital

O valor de R\$48.261 registrado na rubrica “Reserva especial de ágio” é decorrente da incorporação reversa da sua então controladora indireta Ticket em 1º de dezembro de 2013, constituindo-se reserva especial de ágio, prevista no artigo 1º da Instrução nº 349/01 da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, representativa do benefício fiscal relacionado à amortização do ágio. A parcela da reserva especial correspondente ao benefício fiscal auferido poderá ser, no fim de cada exercício social, capitalizada em proveito do acionista controlador, com a emissão de novas ações. O respectivo aumento de capital ficará sujeito ao direito de preferência dos acionistas não controladores, na proporção das respectivas participações, por espécie e classe, à época da emissão, e as importâncias pagas no exercício desse direito serão entregues diretamente ao acionista controlador.

16. PARTES RELACIONADAS

Conforme definições do CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas, partes relacionadas são os controladores e acionistas com participação relevante, empresa a eles ligadas, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares.

Em 30 de junho de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, a Repom manteve transações com partes relacionadas conforme detalhado a seguir:

a) Saldos e transações:

	<u>30.06.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Saldos Patrimoniais:		
Outras contas a receber:		
Ticket Soluções HDFGT S.A.	214	103
Edenred Soluções de Pagamento HYLA S.A.	-	2
Ticket Serviços S.A.	<u>1</u>	<u>354</u>
Total	215	459
Outras contas a pagar:		
Ticket Serviços S.A.	(2.583)	(743)
Ticket Soluções HDFGT S.A.	(1.101)	(497)
Edenred Soluções de Pagamento HYLA S.A.	-	(1)
Edenred Brasil Participações S.A.	<u>(36)</u>	<u>-</u>
Total	(3.720)	(1.241)
Despesas com prestação de serviço:		
Ticket Serviços S.A. (i)	(1.022)	(1.522)
Despesas com compartilhamento de serviços:		
Ticket Serviços S.A. e Ticket Soluções HDFGT S.A.	(4.967)	(2.638)

(i) Referem-se ao fornecimento de benefícios (Ticket Refeição) aos empregados da Repom.

(ii) Referem-se ao compartilhamento de serviços entre as empresas do Grupo Edenred.

b) Remuneração dos membros do conselho de administração e da diretoria

Para o semestre findo em 30 de junho de 2020, a remuneração do pessoal-chave da Administração foi de R\$553 (R\$728 em 30 de junho de 2019). Esse valor foi registrado na rubrica “Despesa de pessoal” e inclui somente os benefícios de curto prazo. A Administração não possui e nem concede benefícios pós-aposentadoria ou outros benefícios de longo prazo.

17. RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA

	<u>30.06.2020</u>	<u>30.06.2019</u>
Receitas de prestação de serviços (i)	61.238	54.843
Receitas de intermediação financeira	4.231	6.693
Impostos sobre serviços	<u>(4.396)</u>	<u>(3.768)</u>
Total	<u>61.073</u>	<u>57.768</u>

(i) As receitas de prestação de serviços correspondem às receitas de clientes e estabelecimentos, provenientes do consumo do cartão Repom pelo portador nos postos credenciados, as taxas fixas mensais cobradas sobre manutenção de serviços e consumo dos cartões Repom, as tarifas sobre as operações de saque Mastercard e gestão de despesa, taxa de adesão, taxa de manutenção, mensalidade e gestão de TAG, taxa de inatividade e intermediação de negócios.

As receitas de intermediação financeira estão detalhadas a seguir:

	<u>30.06.2020</u>	<u>30.06.2019</u>
Receitas de intermediação financeira		
Resultado com aplicações no mercado aberto	63	235
Resultado de títulos de renda fixa	3.069	5.268
Resultado com instrumento financeiro derivativo – “SWAP” Pré fixado x CDI	<u>1.099</u>	<u>1.190</u>
Total	<u>4.231</u>	<u>6.693</u>

18. DESPESAS POR NATUREZA

O detalhamento dos custos dos serviços prestados e das despesas operacionais líquidas por natureza está demonstrado a seguir:

	<u>30.06.2020</u>	<u>30.06.2019</u>
Gastos com pessoal na prestação de serviços	(10.003)	(13.652)
Outras despesas operacionais	(5.781)	(3.344)
Depreciação e amortização – nota nº 10 e 11	(5.435)	(5.047)
Gastos com prestação de serviço	(5.352)	(3.536)
Despesas de materiais, propaganda e publicidade na prestação de serviço	(4.943)	(3.815)
Gastos com assessoria, consultoria e auditoria	(4.668)	(4.029)
Perda/ ganho na baixa de imobilizado/ intangível – nota nº 10 e 11	(4.590)	(2)
Gastos com informática, comunicação e manutenção	(2.087)	(1.423)
Despesas tributárias	(1.535)	(1.190)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa – nota nº 7	(995)	(240)
Despesas com locomoção	(638)	(1.162)
Despesas com alugueis	(605)	(329)
Outras despesas administrativas	(35)	(176)
Total	<u>(46.667)</u>	<u>(37.945)</u>

Classificadas como:

	<u>30.06.2020</u>	<u>30.06.2019</u>
Custo dos serviços prestados	(6.947)	(4.698)
Despesas de pessoal	(9.496)	(13.267)
Assessoria e representação	(5.349)	(4.392)
Depreciação e amortização	(5.435)	(5.047)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(995)	(240)
Participações estatutárias no lucro	(507)	(389)
Outras despesas administrativas	(6.461)	(5.663)
Outras despesas operacionais	<u>(11.477)</u>	<u>(4.249)</u>
Total	<u>(46.667)</u>	<u>(37.945)</u>

19. RESULTADO FINACEIRO

	<u>30.06.2020</u>	<u>30.06.2019</u>
Receitas financeiras (i)	1.827	2.271
Despesas financeiras (ii)	(2.983)	(3.235)
Resultado financeiro	<u>(1.156)</u>	<u>(964)</u>

(i) Referem-se substancialmente às taxas de inatividade sobre saldo remanescente dos cartões.

(ii) Referem-se as substancialmente às taxas bancárias diversas e taxa sobre garantia Mastercard e Visa.

20. LUCRO POR AÇÃO

A Companhia possui apenas ações ordinárias. A Companhia não possui instrumentos conversíveis em ações ou com característica de patrimônio líquido, portanto o lucro diluído por ação é igual ao lucro básico por ação. O lucro por ação, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 41 - Resultado por Ação, está demonstrado a seguir:

	<u>30.06.2020</u>	<u>30.06.2019</u>
Lucro Líquido	<u>8.798</u>	<u>14.040</u>
Média ponderada de ações ordinárias (em milhares) utilizadas na apuração do lucro básico e diluído por ação	<u>3.680</u>	<u>3.680</u>
Lucro por ação - básico e diluído - R\$	<u>2,39</u>	<u>3,82</u>

21. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE CAPITAL E DE RISCOS

Gerenciamento da estrutura de capital e riscos

Visando o atendimento à Circular BACEN nº 3.681/2013, a Repom, adota uma estrutura de gerenciamento de capital e riscos que é compatível com a natureza das atividades da instituição e com a complexidade dos serviços que são oferecidos, permitindo que os riscos sejam identificados, mensurados, monitorados, controlados, mitigados.

A Repom possui e segue a política de gerenciamento de riscos que orienta em relação à natureza e a posição geral dos riscos financeiros que deverão ser regularmente monitoradas e gerenciadas a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Tal política foi estabelecida pelo Grupo Edenred.

a) Risco operacional

A Companhia possui um ambiente de controles internos desenhado para suportar a natureza, o risco e a complexidade de suas operações, com base em políticas e procedimentos formalizados e divulgados a toda a Companhia, bem como áreas dedicadas e ferramentas específicas de monitoramento de riscos.

b) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não ser capaz de: i) honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e ii) não ser capaz de converter moeda eletrônica em moeda física ou escritural no momento da solicitação do usuário.

A Companhia gerencia o risco de liquidez, sendo os investimentos efetuados em instituições financeiras de primeira linha e mantendo saldos de caixa e aplicações financeiras suficientes para honrar seus compromissos.

Mais informações sobre a estrutura de gerenciamento de risco de liquidez da Repom podem ser encontradas no documento publicado em nosso site (<https://www1.repom.com.br/wp-content/uploads/2020/08/Estrutura-do-Risco-de-Liquidez-Repom-2020.pdf>).

Risco cambial

A Companhia não está direta e significativamente exposta ao risco cambial, pois todos os seus ativos e passivos são denominados em reais.

Em 30 de junho de 2020, a Companhia possui estrutura de "hedge" contábil de fluxo de caixa, com o objetivo de compensar riscos decorrentes da exposição a variação de taxa de juros de suas aplicações financeiras registradas na rubrica de "Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos".

Para estruturar a operação, a Companhia contratou um instrumento financeiro derivativo de "swap" junto ao Banco Itaú S.A., no valor de referência de R\$40.000, com vencimento em 01 de outubro de 2021, substituindo a taxa variável pela taxa fixa anual.

O "swap" foi considerado de nível 2 para o cálculo de valor justo, mensurado com base nos preços cotados em mercado ativo para ativos ou passivos similares ou baseado em outro método de valorização, principalmente o método de "fluxo de caixa descontado", nos quais todos os inputs significativos são baseados em dados observáveis do mercado.

c) Gerenciamento de capital

De acordo com a Circular nº 3.681/13, as instituições de pagamento emissoras de moeda eletrônica estão obrigadas a manter, permanentemente, Patrimônio Líquido ajustado pelas contas de resultado em valor correspondente a, no mínimo, 2% do valor médio mensal das transações de pagamento executadas pela instituição nos últimos 12 meses ou do saldo das moedas eletrônicas por elas emitidas, apurado diariamente. Em 30 de junho de 2020, a Companhia mantém o capital mínimo regulatório exigido.

d) Garantias concedidas

Em 30 de junho de 2020, a Companhia mantinha contratada uma operação de garantia internacional como aval da Edenred S.A., no valor de US\$15.000, tendo como beneficiária a Mastercard Intl. Incorp. NY.

22. OUTRAS INFORMAÇÕES

O Coronavírus, conhecido popularmente como COVID-19, impactou as atividades de frete de maneira diferenciada entre os setores, criando um equilíbrio na geração de receita da Companhia. A Repom sofreu efeitos negativos devido à queda da produção no setor industrial que foi compensado pelo crescimento do agronegócio no país. Ainda, segundo fontes do CEPEA (Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada), de 07 de julho de 2020, o Produto Interno Bruto do agronegócio brasileiro seguiu em alta de 0,36% em abril, sendo o quarto mês de avanço consecutivo, representando um crescimento acumulado de 3,78% no primeiro quadrimestre de 2020.

Gilles Attolini
Representante legal

Leandro Rocha Rovarotto
Contador CRC-1SP 258907/O-4